

EDITAL DE ABERTURA – CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

Edital 02

A Prefeitura do Município de Elias Fausto, nos termos da legislação vigente, torna público que fará realizar, sob a responsabilidade do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Concurso Público pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), objetivando o provimento das vagas existentes, das que vierem a vagar e das que vierem a ser criadas durante a validade deste concurso, para os empregos descritos neste edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, seus Anexos e eventuais retificações sendo sua execução de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM.
- 1.2. Os empregos, os códigos dos empregos (Cód.), os requisitos necessários para habilitação, os valores dos respectivos vencimentos, e a jornada de trabalho são os constantes da Tabela abaixo:

Cód.	Emprego	Vagas	Área de Atuação	Escolaridade / Requisitos / Jornada de Trabalho Semanal	Salário (R\$)	Valor da Inscrição (R\$)
201	ASSISTENTE SOCIAL I	01	Geral	Ensino superior em Serviço Social com registro no CREES – 30h semanais.	2.562,18	100,50
202	DENTISTA I	02	Saúde	Ensino Superior em Odontologia com registro no CRO – 20h semanais	2.680,40	100,50
203	DENTISTA II	01	Saúde	Ensino Superior em Odontologia com Especialização em Buco Maxilo (CRO) – 20h semanais	3.170,19	100,50
204	ENFERMEIRO PADRÃO	02	Saúde	Ensino Superior em Enfermagem com Registro no Coren – 44h semanais	3.594,80	100,50
205	FARMACÊUTICO	01	Saúde	Ensino superior em Farmácia com registro no CRF – 44h semanais.	2.306,59	100,50
206	FISIOTERAPEUTA	02	Saúde	Ensino Superior em Fisioterapia com registro CREFITO e Especialização em Neurologia Infantil – 30h semanais	3.594,80	100,50
207	FONOAUDIÓLOGO	02	Saúde	Ensino Superior em Fonoaudiologia com registro CREFONO – 20h semanais	2.680,40	100,50



208	JORNALISTA	01	Comunicação	Ensino superior completo em jornalismo ou Ciências da Comunicação, Gestão Pública, Relações Públicas ou Jornalista – 40h semanais.	3.456,70	100,50
209	MÉDICO II (ULTRASONOGRAFISTA)	01	Saúde	Ensino Superior em Medicina com registro no CREMESP Com Especialização em Ultrassonografia com RQE – 20h semanais	3.170,19	100,50
210	MÉDICO II (GINICOLOGISTA / OBSTETRA)	02	Saúde	Ensino Superior em Medicina com registro no CREMESP Com Especialização em Ginecologia e Obstetrícia com RQE – 20h semanais	3.170,19	100,50
211	MÉDICO II (PSIQUIATRA)	01	Saúde	Ensino Superior em Medicina com registro no CREMESP Com Especialização em Psiquiatria com RQE – 20h semanais.	3.170,19	100,50
212	MÉDICO II (DERMATOLOGISTA)	01	Saúde	Ensino Superior em Medicina com registro no CREMESP Com Especialização em Dermatologia com RQE – 20h semanais	3.170,19	100,50
213	MÉDICO II (VASCULAR)	01	Saúde	Ensino Superior em Medicina com registro no CREMESP Com Especialização em Vascular com RQE – 20h semanais	3.170,19	100,50
214	MÉDICO PEDIATRA I	01	Saúde	Ensino Superior em Medicina com registro no CREMESP com Especialização em Pediatria com RQE – 20h semanais	3.170,19	100,50
215	MÉDICO PLANTONISTA	04	Saúde	Ensino Superior em Medicina com registro no CREMESP – 12h semanais	1.204,43 / PLANTÃO	100,50
216	NUTRICIONISTA	01	Saúde	Ensino Superior em Nutrição com registro CRN – 44h semanais	3.030,20	100,50
217	PSICOLOGO I	01	Saúde	Ensino Superior em Psicologia com registro no CRP – 44h semanais.	2.680,40	100,50
218	PSICOLOGO II	01	Saúde	Ensino Superior em Psicologia com registro no CRP – 44h semanais.	3.170,19	100,50



- a) Os funcionários farão jus a uma cesta contendo gêneros alimentícios nos termos da Lei nº 1701 de 12 de outubro de 1990 e, ainda, vale alimentação no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais), nos termos da Lei nº 4058 de 27 de fevereiro de 2025.
- 1.3. A carga horária dos empregos poderá ser estendida, se for o caso, e realizada em regime de plantões, bem como aos sábados, domingos e feriados e será exercida de acordo com suas necessidades e conveniências.
- 1.4. O Concurso destina-se a selecionar candidatos para provimento de empregos públicos efetivos e para formação de cadastro reserva durante o prazo de validade do Concurso, os quais, uma vez empossados, estarão subordinados ao regime **Celetista**.
- 1.5. Os vencimentos mencionados seguem o disposto na Lei Complementar nº 87 de 15 de agosto de 2016 e Lei Complementar nº 176 de 12 de fevereiro de 2026, e serão reajustados de acordo com os percentuais aplicados pela Prefeitura de Elias Fausto aos salários dos servidores públicos municipais da mesma categoria.
- 1.6. É de inteira responsabilidade dos candidatos verificar o andamento do Concurso Público em todas as suas fases através dos meios de comunicação descritos no presente Edital.
- 1.7. Os Anexos, parte integrante deste Edital, são os que seguem:
Anexo I – Síntese das atribuições dos empregos;
Anexo II – Programas das Provas;
Anexo III – Cronograma Estimado
- 1.8. O cronograma estimativo constante do Anexo III poderá sofrer alterações, se necessário e em observância ao princípio do interesse público, sendo obrigação do candidato acompanhar as divulgações, convocações e comunicações deste Concurso Público através dos meios oficiais de atendimento e divulgação dos respectivos atos.

2. DAS INSCRIÇÕES

- 2.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em seus anexos e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais retificações, comunicados e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- 2.2. Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos exigidos para o Concurso Público.
- 2.3. É vedada a participação neste Certame de qualquer dos membros integrantes da Comissão Especial de Concurso Público ou das bancas examinadoras.
- 2.3.1. Qualquer desobediência à proibição prevista no item anterior ou, constatado a qualquer tempo que determinado candidato tenha sido beneficiado por obtenção de informações privilegiadas, será o infrator eliminado do Certame sem prejuízo de responsabilização civil.
- 2.4. Ao inscrever-se no Concurso Público, é recomendável ao candidato observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas, em especial aos itens a seguir:
- 2.5. O candidato, ao se inscrever, declarará, sob as penas da lei, que, após a habilitação no Concurso Público e no ato da posse, irá satisfazer as seguintes condições:
- a) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da contratação;
 - b) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória nos termos do Artigo 40, inciso II da Constituição Federal;
 - c) Não receber, no ato da contratação, proventos de aposentadoria oriundos de Cargo, Emprego ou Função exercidos perante a União, Território, Estado, Distrito Federal, Município e suas Autarquias, Empresas ou Fundações, conforme preceitua o artigo 37, §10 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98, ressalvadas as acumulações permitidas pelo inciso XVI do citado dispositivo constitucional, os cargos eletivos e os cargos ou empregos em comissão;
 - d) Estar quite com o Serviço Militar, se for o caso;
 - e) Não registrar antecedentes criminais, impeditivos do exercício da função pública, achando-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
 - f) Estar quite com a Justiça Eleitoral, mediante apresentação de Certidão de Quitação Eleitoral, a ser apresentada no momento da contratação;



- g) Estar com a situação cadastral regular junto aos órgãos governamentais, demonstrada por meio de documento expedido pelo aplicativo “Consulta de Qualificação Cadastral” no sítio do e Social, a fim de não comprometer o cadastramento inicial ou admissões no e-Social;
- h) Preencher as exigências para provimento do emprego segundo o que determina a Lei e a Tabela do item 1.2 do presente Edital;
- i) Gozar de boa saúde física e mental e não ser portador de deficiência incompatível com o exercício do emprego a que concorre, a ser comprovada por inspeção médica oficial realizada por profissionais da Prefeitura Municipal de Elias Fausto.
- 2.6.** No ato da inscrição não serão solicitados comprovantes das exigências contidas no item 2.5, deste Capítulo, sendo obrigatória a sua comprovação quando da convocação para ingresso no quadro de servidores públicos municipais, sob pena de desclassificação automática, não cabendo recurso.
- 2.7.** As inscrições ficarão abertas exclusivamente através **da Internet no período de 11 de abril de 2026 a 14 de maio de 2026.**
- 2.8.** O período de inscrição poderá ser prorrogado por necessidade de ordem técnica e/ou operacional, a critério da Comissão do Concurso e do IBAM.
- 2.9.** A prorrogação de que trata o item anterior poderá ser feita sem prévio aviso, bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação feita no endereço eletrônico **www.ibamsp-concursos.org.br**.
- 2.10.** Ao se inscrever o candidato deverá indicar o código da opção do emprego para o qual pretende concorrer, conforme tabela constante do item 1.2 deste Edital.
- 2.11.** Ao inscrever-se no Concurso, o candidato deverá observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas, em especial os requisitos mínimos de escolaridade e exigências constantes deste Edital.
- 2.12.** As informações prestadas no formulário de inscrição via Internet serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se à Prefeitura de Elias Fausto e ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM o direito de excluir do Concurso Público aquele que não preencher esse documento oficial de forma completa, correta e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.
- 2.12.1.** Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração da opção do emprego.
- 2.12.2.** Considera-se inscrição efetivada aquela devidamente paga.
- 2.12.3.** Não haverá devolução da importância paga, seja qual for o motivo alegado. Exceto nos casos de cancelamento do certame.
- 2.12.4.** É vedada a transferência do valor pago a título de inscrição no presente Concurso Público para terceiros, para outros concursos ou para outro emprego.
- 2.12.5.** Não serão aceitas inscrições por via postal ou que não estejam em conformidade com o disposto neste Edital.
- 2.13.** Caso o candidato (deficiente ou não) necessite de condição especial para realização da prova, deverá requerê-la no mesmo período destinado às inscrições (**11 de abril de 2026 a 14 de maio de 2026**), **IMPRETERIVELMENTE**, obedecendo ao seguinte procedimento.
- 2.13.1.** Acessar o link próprio deste Concurso Público, no site do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM – **www.ibamsp-concursos.org.br**.
- 2.13.2.** Durante o preenchimento da ficha de inscrição, no campo “Condição Especial”, especificar os recursos/condições especiais de que necessita, seguindo as instruções ali indicadas.
- 2.13.3.** Além do requerimento mencionado acima, o candidato deverá, obrigatoriamente, anexar laudo médico fundamentando a necessidade indicada. O Laudo Médico deverá conter nome completo do candidato, CRM, assinatura do profissional que o emitiu e estar legível, sob pena de não ser considerado.
- 2.13.4.** Salvo disposição legal em sentido contrário, o laudo médico deverá ser referente aos últimos 12 (doze) meses a partir da data de publicação do Edital, devendo, em qualquer caso, estar redigido em letra legível.
- 2.13.5.** Para o envio do laudo médico, o candidato – durante o período de inscrições – deverá acessar



o link próprio deste Concurso Público, no site do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM (www.ibamsp-concursos.org.br) e submeter a documentação pertinente;

- 2.13.6. O laudo médico deverá ser enviado digitalizado, frente e verso, quando necessário, com tamanho de até 1 MB, por documento anexado, na extensão “.pdf”, “.jpg”, “.jpeg” ou “.png”.
- 2.13.7. O laudo médico deverá conter nome completo do candidato, CRM, carimbo e assinatura do profissional que o emitiu e estar legível, sob pena de não ser considerado;
- 2.13.8. O laudo médico encaminhado terá validade apenas para este Concurso Público.
- 2.13.9. O IBAM não se responsabiliza por qualquer tipo de problemas técnicos que impeçam a chegada do laudo e do requerimento de solicitação de condição especial ao seu destino, devendo o candidato se certificar de que o laudo foi devidamente recebido.
- 2.13.10. Além do requerimento mencionado no item 2.13, **o candidato deverá, obrigatoriamente, anexar laudo médico que justifique a solicitação de condição especial para a realização das provas.**
- 2.13.11. Não será concedida condição especial ao candidato que não apresentar o laudo médico conforme item 2.13.
- 2.13.12. Não serão considerados os documentos entregues por meio diverso do estabelecido no item 2.13 deste Edital. Caso o candidato utilize outro meio, diferente do estabelecido neste Edital, terá indeferido seu pedido de condição especial.
- 2.13.13. Não será aceita a entrega condicional ou complementação de documentos ou a retirada de documentos após a entrega da devida documentação.
- 2.13.14. O candidato que não encaminhar tempestivamente seu requerimento de solicitação de condição especial para a realização da prova juntamente com o laudo médico, seja qual for o motivo alegado, não terá a condição atendida.
- 2.13.15. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.
- 2.13.16. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe em quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.
- 2.14. O(A) candidato(a) poderá requerer ser tratado pelo gênero e nome social durante a realização das provas e de qualquer outra fase presencial. Para tanto, deverá preencher campo próprio disponibilizado na página de inscrição do Concurso Público, bem como na área do candidato.
 - 2.14.1. Requerido o tratamento pelo nome social, o candidato deverá submeter, na área do candidato, declaração escrita de próprio punho assinada, solicitando o tratamento por nome social, com tamanho de 1MB, na extensão “.pdf”, “.jpg”, “.jpeg” ou “.png”.
 - 2.14.2. Quando das publicações dos resultados e divulgações no site do IBAM, será considerado o nome e gênero constantes no registro civil e informado pelo(a) candidato(a) no formulário de inscrição.
- 2.15. O (A) candidato (a) que não efetuar a solicitação mencionada no item 2.14 no período destinado às inscrições não poderá alegar prejuízo ou constrangimento arcando com as consequências advindas de sua omissão.
- 2.16. O candidato que tenha exercido efetivamente a função de jurado a partir da vigência da Lei Federal nº 11.689/2008 e até o último dia do período das inscrições para este Concurso Público, poderá solicitar esta opção para critério de desempate.
 - 2.16.1. O documento comprobatório da condição de jurado descrito no item 2.16 deverá ser encaminhado ao IBAM por meio do link próprio deste Concurso Público, no site do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM www.ibamsp-concursos.org.br, no campo destinado ao envio da documentação.
 - 2.16.2. O documento comprobatório deverá ser enviado digitalizado, frente e verso, se for o caso, com tamanho de até 1 MB, por documento anexado, na extensão “.pdf”, “.jpg”, “.jpeg” ou “.png”.
 - 2.16.3. O candidato que não atender ao disposto no item 2.16.1, não terá sua condição de jurado



utilizada como critério de desempate.

3. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

- 3.1. As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente via Internet, do **dia 11 de abril de 2026 até às 23h59min do dia 14 de maio de 2026 (horário de Brasília)** e para inscrever-se o candidato deverá:
- 3.1.1. Acessar o site www.ibamsp-concursos.org.br;
 - 3.1.2. Localizar, no site, o link – “Área do Candidato” deste Concurso Público;
 - 3.1.3. Clicar em “Inscrição Online”.
 - 3.1.4. Ler na **íntegra e atentamente** este Edital e seus anexos;
 - 3.1.5. Preencher total e corretamente o cadastro com dos dados solicitados;
 - 3.1.6. Conferir e transmitir os dados informados;
 - 3.1.7. Efetuar o pagamento da inscrição.
 - 3.1.8. Para efetivação da inscrição, o candidato poderá valer-se das opções abaixo, desde que observe as instruções deste Edital:
 - 3.1.8.1. Pagamento via boleto bancário;
 - 3.1.8.2. Pagamento via PIX;
 - 3.1.8.3. Pagamento via cartão de crédito.
 - 3.1.9. **Para pagamento por boleto bancário ou PIX:** o candidato deverá utilizar o documento gerado no procedimento de cadastro, cujo pagamento **não poderá ultrapassar o dia 15 de maio de 2026**, observada a data de vencimento do respectivo boleto, e o horário bancário.
 - 3.1.10. Os boletos bancários são emitidos com vencimento máximo de 03 (três) dias. Caso ultrapassado o prazo de vencimento, o(a) candidato(a) deverá emitir novo boleto bancário na área do candidato.
 - 3.1.10.1. **No próprio boleto de pagamento das inscrições**, o candidato terá a opção de fazer uso da modalidade PIX como forma de pagamento, mediante a captação da imagem do QRCode específico, ou código de pagamento, que direcionará o candidato para o Sistema de Pagamento Instantâneo. A operação realizada mediante o uso do PIX será confirmada após 48 horas.
 - 3.1.10.2. **No caso de realização do pagamento diretamente pelo aparelho celular, o candidato poderá fazer a opção de “pagamento via pix”**, obtendo o código respectivo para a operação.
 - 3.1.11. Para a segurança do(a) candidato(a) e minimizar os problemas decorrentes da transferência do numerário pelo agente recebedor e sua inclusão no banco de dados do IBAM, recomendamos que o pagamento do boleto deverá ser feito, preferencialmente, na rede bancária.
 - 3.1.12. **O IBAM e a Prefeitura Municipal de Elias Fausto não se responsabilizam por pagamentos feitos em Supermercados, Lojas e Casas Lotéricas ou qualquer outro estabelecimento desse gênero.**
 - 3.1.13. **Para pagamento por cartão de crédito:** O candidato poderá realizar o pagamento da inscrição pela opção de cartão de crédito, utilizando o seguinte procedimento:
 - 3.1.13.1. Acessar a área do candidato com o CPF e senha e selecionar a opção “2ª via de boleto”;
 - 3.1.13.2. Em seguida, selecionar a opção “pagamento via cartão de crédito”, e o botão “efetuar pagamento”;
 - 3.1.13.3. Na tela seguinte aparecerá as operadoras credenciadas, e o candidato deverá indicar:
 - 3.1.13.3.1. Nome do titular como está no cartão;
 - 3.1.13.3.2. Número do cartão de crédito;
 - 3.1.13.3.3. O código de segurança (CVV):
 - 3.1.13.3.4. Mês e ano de validade (MM/AAAA):
 - 3.1.13.4. Após o preenchimento, clicar no botão “efetuar pagamento”.



- 3.1.14. Somente será permitido o pagamento via cartão de crédito até as 23h59 do dia **14 de maio de 2026**, último dia do período de inscrições.
 - 3.1.15. O boleto bancário poderá ser impresso até o dia **14 de maio de 2026**, última data também para **pagamento por cartão de crédito**.
 - 3.1.16. **Em nenhuma hipótese será aceito pagamento a menor ou que se refira a desconto.**
 - 3.1.17. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.
 - 3.1.18. Não será aceito pagamento correspondente à inscrição por depósito em caixa eletrônico, via correio, fac-símile, transferência eletrônica, DOC, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional, cheque, ou fora do período de inscrição ou ainda por qualquer outro meio diferente do especificado neste Edital.
 - 3.1.19. O candidato que efetuar o agendamento de pagamento de sua inscrição deverá atentar para a confirmação do débito em sua conta corrente. Não tendo ocorrido o débito do valor agendado (e consequente crédito na conta do IBAM) a inscrição não será considerada válida.
 - 3.1.20. As inscrições somente serão consideradas efetivadas após a comprovação do pagamento do valor da inscrição.
 - 3.1.21. Serão canceladas as inscrições com pagamento efetuado com valor menor do que o estabelecido para o emprego escolhido, assim como as solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data de encerramento das inscrições ou de formas diferentes às estabelecidas neste Capítulo.
- 3.2. A pesquisa para acompanhar a situação da inscrição poderá ser feita a partir de **2 (dois) dias úteis** após o pagamento do boleto pelo candidato, através do endereço eletrônico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), no link correlato ao presente Concurso Público.
- 3.2.1. Para efetuar consultas o candidato deverá acessar o site www.ibamsp-concursos.org.br e no link "área do candidato" digitar seu C.P.F e senha cadastrada. **Para tanto é necessário que o candidato cadastre esses dados corretamente.**
 - 3.2.2. Caso o candidato não consiga efetuar consultas relativas à sua inscrição, deverá entrar em contato com o IBAM por e-mail: atendimento@ibamsp-concursos.org.br.
 - 3.2.3. As correções dos dados cadastrais poderão ser feitas pelo candidato **SOMENTE** até o término das inscrições através do site do IBAM - www.ibamsp-concursos.org.br
 - 3.2.4. O e-mail enviado ao IBAM deverá conter informações suficientes que permitam a avaliação da equipe de atendimento para envio da resposta à dúvida apresentada / solicitação efetuada pelo candidato. O (A) candidato(a) que não efetuar as correções dos dados cadastrais (especialmente idade) não poderá interpor recurso em favor de sua situação após a divulgação dessas informações na lista de classificação, arcando com as consequências advindas de sua omissão.
 - 3.2.5. O(A) candidato(a) inscrito(a) **não deverá** enviar cópia do documento de identidade ou de qualquer documento comprobatório de escolaridade, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados cadastrais no ato da inscrição, sob as penas da lei.
- 3.3. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM e a Prefeitura Municipal de Elias Fausto não se responsabilizam por solicitações de inscrições via Internet não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento dos pagamentos, bem como, outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 3.3.1. As inscrições devem ser feitas com antecedência, evitando o possível congestionamento de comunicação no site www.ibamsp-concursos.org.br, nos últimos dias de inscrição.
- 3.4. O descumprimento das instruções de inscrição constantes deste Capítulo implicará a não efetivação da inscrição.
- 3.5. O(A) candidato(a) poderá realizar sua inscrição por meio de serviços públicos tais como Telecentros e Infocentros do Programa ACESSA São Paulo que disponibilizem postos (locais públicos para acesso à internet) em todas as regiões do Estado de São Paulo.
- 3.5.1. Estes Programas são completamente gratuitos e disponíveis a todo cidadão.



3.5.2. Para utilizar os equipamentos o candidato deverá efetuar o cadastro, no local, apresentando RG e comprovante de residência.

3.6. Não é permitido ao candidato inscrever-se para mais de um emprego, pois pode haver coincidência de horários.

3.6.1. Caso seja efetuada mais de uma inscrição a especialidades distintas será considerado, para efeito deste Concurso Público, aquela em que o candidato estiver presente na prova objetiva, sendo considerado ausente nas demais opções.

4. DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

4.1. Às pessoas com deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público desde que se enquadrem na legislação específica:

4.2. A participação de candidato com deficiência no presente Concurso Público será assegurada nos termos da Lei 13.146 de 06/07/2015, do artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1.999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 e da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

4.3. Em obediência ao disposto no inciso VIII, do art. 37 da Constituição Federal, serão reservados aos candidatos com deficiência 5% (cinco por cento) do número de vagas de cada emprego observada a aptidão plena para o exercício das atribuições da função escolhida.

4.4. Ao candidato abrangido pela Lei Federal nº 13.146 de 06/07/2015, pelo Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1.999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 e pelo Decreto Federal nº 9508 de 24 de setembro de 2018 e ao portador de visão monocular, é assegurado o direito de inscrever-se na condição de deficiente, desde que declare essa condição no ato da inscrição e a sua deficiência seja compatível com as atribuições do emprego ao qual concorre.

4.5. O candidato com deficiência, antes de se inscrever, deverá verificar se as atribuições do emprego especificadas no Anexo I deste Edital são compatíveis com a sua deficiência.

4.6. Conforme o disposto no inciso IV do artigo 3º do Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, o candidato deverá apresentar, no período destinado às inscrições, laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

4.6.1. **O laudo médico mencionado no item anterior deverá ser enviado conforme orientações que seguem:**

4.6.2. Acessar o link próprio deste Concurso Público, no site do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM (www.ibamsp-concursos.org.br) e realizar o envio do laudo médico, por meio digital (upload).

4.6.3. O Laudo Médico deverá conter nome completo do candidato, CRM, assinatura do profissional que o emitiu e estar legível, sob pena de não ser considerado.

4.6.3.1. Salvo disposição legal em sentido contrário, o laudo médico deverá ser referente aos últimos 12 (doze) meses a partir da data de publicação do Edital, devendo, em qualquer caso, estar redigido em letra legível.

4.6.3.2. O laudo médico deverá ser enviado digitalizado, frente e verso, quando necessário, com tamanho de até 1 MB, por documento anexado, na extensão “.pdf”, “.jpg”, “.jpeg” ou “.png”.

4.6.3.3. O encaminhamento dos documentos mencionados no item 4.6. deverá ser feito IMPRETERIVELMENTE no período destinado às inscrições.

4.6.3.4. Não serão considerados os documentos entregues por meio diverso do estabelecido no item 4.6.2. deste Edital. Caso o candidato utilize outro meio que o não previsto neste Edital não será considerado deficiente.

4.6.3.5. O(A) candidato(a) que não encaminhar tempestivamente o laudo médico, seja qual for o motivo alegado, não concorrerá na condição de pessoa com deficiência.

4.6.4. Não será aceita a entrega condicional ou complementação de documentos ou a retirada de documentos após a entrega da devida documentação.

- 4.6.5. Não serão avaliados documentos ilegíveis e/ou rasurados ou arquivos corrompidos.
- 4.6.6. O(A) candidato(a) está ciente de que sua participação no certame como pessoa com deficiência não significa que será automaticamente considerado apto na perícia que será realizada por profissional indicado pela Prefeitura de Elias Fausto.
- 4.7. Nas provas realizadas com auxílio de fiscal leitor, o candidato identificará, para cada questão, a alternativa que será marcada pelo fiscal na folha de respostas.
- 4.7.1. O IBAM e a Prefeitura de Elias Fausto não serão responsabilizados por eventuais erros de transcrição cometidos pelo fiscal leitor.
- 4.8. Para a realização de provas no sistema Braille, as respostas deverão ser transcritas pelo mesmo sistema devendo o candidato levar, para esse fim, no dia da aplicação das provas, reglete e punção.
- 4.9. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe em quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento frente aos demais candidatos.
- 4.10. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste capítulo, não poderá interpor recurso em favor de sua condição.
- 4.11. As alterações quanto às definições e parâmetros de deficiência na legislação federal serão automaticamente aplicadas no cumprimento deste Edital.
- 4.12. Não serão considerados como deficiência, os distúrbios passíveis de correção.
- 4.13. A deficiência não poderá ser apresentada como motivo para justificar a concessão de readaptação/limitação funcional do emprego público ou concessão de aposentadoria por invalidez.
- 4.14. O candidato com deficiência participará em todas as fases do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere a conteúdo, avaliação, duração da prova, data, horário e local de realização das provas.
- 4.15. Os candidatos com deficiência aprovados constarão da listagem geral dos aprovados por emprego e de listagem especial. Constarão, no entanto, somente na listagem especial, se o aproveitamento estiver circunscrito à reserva de vagas de que trata este Concurso Público.
- 4.15.1. Por ocasião da convocação dos candidatos classificados nas listagens geral e especial, para fins de observância da reserva de vagas no curso da vigência deste Concurso, a convocação dos candidatos com deficiência que constarem da listagem geral e da especial serão chamados por uma ou outra, a que ocorrer primeiro.
- 4.16. Os candidatos com deficiência aprovados deverão submeter-se, quando convocados, a exame médico a ser realizado pela Prefeitura de Elias Fausto ou por sua ordem, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como pessoa com deficiência ou não, e o grau/compatibilidade da deficiência capacitante para o exercício da função, observada a legislação aplicável à matéria.
- 4.16.1. O(A) candidato(a) que for julgado inapto, em razão da deficiência não ser considerada compatível com o exercício das atividades próprias do emprego, terá a posse indeferida e será desclassificado do Concurso Público.
- 4.17. Em caso de desistência, indeferimento de posse ou falecimento do candidato com deficiência convocado para vaga reservada, antes de sua efetiva nomeação, a vaga será preenchida pelo candidato com deficiência posteriormente classificado.
- 4.17.1. Na hipótese de não haver número de candidatos com deficiência aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.
- 4.18. A compatibilidade será determinada por meio de avaliação médica oficial ou credenciada pela Prefeitura Municipal de Elias Fausto.
- 4.19. Da decisão da Avaliação Médica Oficial não caberá recurso.
- 4.20. A não observância pelo candidato de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser admitido para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.
- 4.21. A divulgação da relação de solicitações deferidas e indeferidas para a concorrência no concurso como

candidato com deficiência está prevista para o dia **22 de maio de 2026** no site do IBAM e da Prefeitura de Elias Fausto.

- 4.21.1. O candidato cuja inscrição na condição de pessoa com deficiência tenha sido indeferida poderá interpor recurso nos dias **25 e 26 de maio de 2026**, conforme instruções contidas no Edital de deferimento/indeferimento de inscrição como pessoa com deficiência.
- 4.21.2. O candidato que não interpuser recurso no prazo mencionado será responsável pelas consequências advindas de sua omissão.

5. DAS MODALIDADES DE PROVAS

5.1. A seleção dos candidatos será realizada nas seguintes etapas:

- **Provas Objetivas**, de caráter **classificatório e eliminatório, para todos os candidatos;**
- **Provas de Títulos**, de caráter **Classificatório** para os candidatos habilitados nas provas objetivas.

6. DAS PROVAS OBJETIVAS

6.1. A avaliação dos candidatos se dará mediante aplicação de provas objetivas.

6.2. **A prova objetiva, para todos os empregos, tem como data prevista para o dia 28 de junho de 2026.**

- 6.2.1. A aplicação da prova na data prevista dependerá da disponibilidade de locais adequados à realização dela.
- 6.2.2. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados existentes nas escolas localizadas na cidade de Elias Fausto, o IBAM reserva-se o direito de alocá-los em cidades próximas, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento dos candidatos.
- 6.3. A confirmação da data e as informações sobre horários e locais de prova serão divulgados oportunamente através de Edital de Convocação no **dia 19 de junho de 2026** no site do IBAM **www.ibamsp-concursos.org.br** e no Boletim Oficial Municipal disponível no site da Prefeitura **www.eliasfausto.sp.gov.br**.
- 6.4. O IBAM e a Prefeitura não se responsabilizam por publicações feitas em outros sites ou em jornais diversos, sendo as publicações oficiais aquelas realizadas no site do IBAM e no Boletim Oficial do Município disponível no site da Prefeitura.
- 6.5. O IBAM poderá enviar informações referentes à convocação para a prova por e-mail, no endereço eletrônico informado pelo candidato no ato da inscrição, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a manutenção/atualização de seu correio eletrônico.
 - 6.5.1. Não serão encaminhados informativos de candidatos cujo endereço eletrônico informado no Formulário de Inscrição esteja incompleto ou incorreto.
 - 6.5.2. O IBAM e a Prefeitura de Elias Fausto não se responsabilizam por informações de endereço eletrônico incorretas, incompletas ou por falha na entrega/recebimento de mensagens eletrônicas causada por caixa de correio eletrônico cheia, filtros, AntiSpam, eventuais truncamentos ou qualquer outro problema de ordem técnica, sendo aconselhável sempre consultar o site do IBAM para verificar as informações que lhe são pertinentes.
 - 6.5.3. A comunicação feita por intermédio de e-mail é meramente informativa, sendo de inteira responsabilidade do candidato acompanhar no Boletim Oficial do Município e no site do IBAM, a publicação do Edital de Convocação para as provas.
- 6.6. As provas objetivas serão de caráter classificatório e eliminatório e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha.
 - 6.6.1. As provas objetivas terão duração **de três horas e meia**, incluindo o tempo para preenchimento das folhas de respostas, e terão a seguinte composição:

Cargo	Área de Conhecimento	Número de questões	Peso
Assistente Social I	Língua Portuguesa	10	1
	Matemática e Raciocínio Lógico	4	1
	Informática	4	1
	Políticas Públicas de Assistência Social	8	2
	Conhecimentos Específicos	14	3
Dentista I, Dentista II, Enfermeiro Padrão, Farmacêutico, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Psicólogo I, Psicólogo II, Fisioterapeuta, Médico II (Ultrassonografista), Médico II (Ginecologista/Obstetra), Médico II (Psiquiatra), Médico II (Dermatologista), Médico II (Vascular), Médico Pediatra I, Médico Plantonista	Língua Portuguesa	10	1
	Matemática e Raciocínio Lógico	4	1
	Informática	4	1
	SUS e Políticas Públicas de Saúde	8	2
	Conhecimentos Específicos	14	3
Jornalista	Língua Portuguesa	10	1
	Matemática e Raciocínio Lógico	4	1
	Informática	4	1
	Comunicação Pública, Administração Pública e Legislação Municipal Aplicada	10	2
	Conhecimentos Específicos	12	3

6.6.2. Cada questão apresentará 4 (quatro) opções de respostas.

6.6.3. Para cada acerto será computado o peso de cada questão.

6.7. Para ser considerado habilitado, o candidato deverá enquadrar-se na margem estabelecida na Tabela abaixo:

Emprego	Critério de habilitação no Concurso Público
Médico Plantonista	<p>Estar entre os 26 candidatos com melhor nota dentre todos os candidatos, mais os empatados na última nota considerada para este fim, e ter obtido, no mínimo, 50% do total de pontos da prova objetiva.</p> <p>Estar entre os 2 candidatos com melhor nota na lista dos candidatos com deficiência, mais os empatados na última nota considerada para este fim, e ter obtido, no mínimo 50% do total de pontos da prova objetiva.</p>
Dentista I, Enfermeiro Padrão, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico II (Ginecologista/Obstetra)	<p>Estar entre os 14 candidatos com melhor nota dentre todos os candidatos, mais os empatados na última nota considerada para este fim, e ter obtido, no mínimo, 50% do total de pontos da prova objetiva.</p> <p>Ser o candidato com melhor nota na lista dos candidatos com deficiência, mais os empatados na última nota considerada para este fim, e ter obtido, no mínimo 50% do total de pontos da prova objetiva.</p>
Demais empregos	<p>Estar entre os 07 candidatos com melhor nota dentre todos os candidatos, mais os empatados na última nota considerada para este fim, e ter obtido, no mínimo, 50% do total de pontos da prova objetiva.</p> <p>Ser o candidato com melhor nota na lista dos candidatos com deficiência, mais os empatados na última nota considerada para este fim, e ter obtido, no mínimo 50% do total de pontos da prova objetiva.</p>

6.7.1. **Os candidatos que não atingirem o corte descrito no item 6.7, serão excluídos do Concurso Público.**

6.8. Ao candidato só será permitida a realização das provas na respectiva data, no local e no horário, constantes das listas afixadas nos locais de aplicação das provas e no Edital de Convocação divulgado no

Boletim Oficial do Município e no site do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM.

- 6.8.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova objetiva com antecedência mínima de 30 minutos do horário divulgado no Edital de Convocação para fechamento dos portões.
- 6.8.2. O candidato que se apresentar após o horário determinado pelo Edital de Convocação para fechamento dos portões será automaticamente excluído do Certame, seja qual for o motivo alegado para seu atraso.
 - 6.8.2.1. É terminantemente proibido ultrapassar o portão de acesso ao prédio de aplicação da prova objetiva portando qualquer tipo de arma, mesmo tendo porte de arma, ou qualquer outro instrumento perfuro cortante, ou dispositivo de uso de defesa pessoal, arma branca ou similar, de lutas marciais e similares.
- 6.8.3. A fim de evitar atrasos, recomenda-se que os candidatos verifiquem com antecedência o local onde realizarão sua prova, a disponibilidade de estacionamento e vagas nas imediações, as opções de transporte público consultando, antes, horários e frequências das linhas de ônibus aos domingos, bem como, rotas e tempo de deslocamento.
- 6.8.4. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, vista ou repetição de prova, ou ainda, aplicação da prova em outra data, local ou horários diferentes dos divulgados no Edital de Convocação.
- 6.8.5. O candidato não poderá alegar qualquer desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.
- 6.8.6. O IBAM e a Comissão do Concurso não se responsabilizam por fatos externos que impeçam o candidato de chegar ao local de aplicação das provas no horário apropriado e que independem da organização do Concurso já que não possuem gerência sobre trânsito ou tráfego bem como outras situações que escapam de seu âmbito de atuação.
- 6.8.7. A ausência do candidato na sala de provas, qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará na eliminação do Concurso Público.
- 6.8.8. Somente será admitido à sala de provas o candidato que estiver portando documento **original** de identidade que bem o identifique, sendo aceitos: Cédula Oficial de Identidade (RG), Carteira de Identidade Nacional – (CIN), Carteira Expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CREA, OAB, CRC, CRM etc.); Certificado de Reservista; Carteira de Trabalho e Previdência Social, Carteira Nacional de Habilitação ou Passaporte.
 - 6.8.8.1. Os documentos especificados no item anterior deverão estar dentro do prazo de validade, com exceção da CNH.
- 6.8.9. É aconselhável que o candidato esteja portando, também, o cartão de convocação individual (CCI) e boleto bancário pago.
 - 6.8.9.1. O comprovante de inscrição – pagamento do boleto bancário – não terá validade como documento de identidade.
 - 6.8.9.2. O cartão de convocação individual (CCI), bem como o boleto bancário pago, não suprem a necessidade de apresentação do documento de identidade original com foto.
- 6.8.10. Não serão aceitos como documentos de identidade outros documentos que não os especificados no item 6.8.8, com exceção da CNH, RG e CIN, através de aplicativo oficial do emitente.
- 6.8.11. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitirem, com clareza, a identificação do candidato.
- 6.8.12. A não apresentação do Documento de Identidade oficial com foto, no dia do concurso público, impede que a pessoa candidata faça a prova.
- 6.8.13. Documentos violados e rasurados não serão aceitos.
- 6.8.14. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas,

documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, sendo então submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

- 6.8.14.1. A identificação pessoal será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
- 6.9. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal procederá à inclusão do candidato, mediante a apresentação do boleto bancário com comprovação de pagamento, com o preenchimento de formulário específico.
- 6.9.1. A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal com o intuito de se verificar a pertinência da referida inscrição.
- 6.9.2. Constatada a improcedência da inscrição a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
- 6.9.3. Contra o ato de cancelamento mencionado no item anterior não caberá recurso, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
- 6.10. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), objetivando garantir a lisura e a idoneidade do Concurso Público – o que é de interesse público e, em especial dos próprios candidatos – bem como a sua autenticidade solicitará aos candidatos, quando da aplicação das provas, o registro de sua assinatura em campo específico na folha de respostas, bem como de sua autenticação digital.
- 6.10.1. Após a assinatura da lista de presença e recebimento por parte do candidato da folha de respostas, o candidato somente poderá se ausentar da sala acompanhado por um fiscal.
- 6.11. O candidato que necessitar usar boné, gorro, chapéu, protetor auricular, óculos de sol ou qualquer outro acessório que cubra a cabeça, olhos, pescoço ou orelhas, dever ter justificativa médica e o(s) objeto(s) será(ão) verificado(s) pela coordenação.
- 6.12. Por medida de segurança os candidatos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas, à observação dos fiscais de sala, durante a realização das provas.
- 6.13. **O uso, a emissão de som ou de quaisquer funcionalidades** de aparelhos, tais como telefone celular (e seus aplicativos), aparelhos sonoros, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, *tablet*, *notebook* ou similares, calculadora, palmtop, relógio com calculadora e/ou receptor, relógios digitais (*smartwatch*), qualquer equipamento que possibilite comunicação externa, **incorrerá em exclusão do candidato do Certame, mesmo que o aparelho esteja dentro do envelope de segurança que será distribuído pelo IBAM.**
- 6.13.1. Os celulares, *smartwatch* e outros aparelhos eletrônicos deverão permanecer desligados até a saída do candidato do local de realização das provas.
- 6.13.2. É aconselhável que o candidato não leve nenhum dos objetos mencionados nos itens anteriores no dia da realização das provas.
- 6.13.3. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal não se responsabilizará por perda ou extravio de documentos ou objetos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos neles causados.
- 6.13.4. O IBAM e a Comissão do Concurso Público poderão, no dia da realização das provas, solicitar que os candidatos que estejam portando mochilas ou grandes volumes, que deixem esses pertences aos cuidados do fiscal de sala ou da Coordenação do Prédio que tomará providências para que tais materiais sejam lacrados, protegidos e mantidos à distância de seus usuários, durante a aplicação das provas.
- 6.14. O IBAM, visando garantir a segurança e integridade do Exame em tela, submeterá os candidatos a sistema de detecção de metal e de sinais quando do ingresso e saída de sanitários, durante a realização das provas.



- 6.14.1. Novo procedimento de vistoria descrito no subitem anterior poderá ser realizado durante todo o período de realização da prova, nas salas de prova aleatoriamente selecionadas e em qualquer dependência do local de prova.
- 6.14.2. Não será permitido o uso de sanitários por examinandos que tenham terminado as provas.
- 6.15. Durante a prova, não serão permitidas qualquer espécie de consulta a códigos, livros, manuais, impressos, anotações e/ou outro tipo de pesquisa.
 - 6.15.1. Quando, após a prova, for constatada, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, a utilização de processos ilícitos, o candidato terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Concurso.
- 6.16. Nas provas objetivas, o candidato deverá assinalar as respostas na folha de respostas personalizada, único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do caderno de questões e na folha de respostas.
 - 6.16.1. O candidato deverá ler atentamente as instruções contidas na Capa do Caderno de Questões e na Folha de Respostas.
 - 6.16.2. As instruções contidas no Caderno de Questões e na Folha de Respostas deverão ser rigorosamente seguidas sendo o candidato único responsável por eventuais erros cometidos.
 - 6.16.3. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do caderno de questões e na folha de respostas.
 - 6.16.4. O candidato deverá preencher os alvéolos, na Folha de Respostas da Prova Objetiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
 - 6.16.5. Não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma marcação, emenda ou rasura, ainda que legível.
 - 6.16.6. O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar ou, de qualquer modo, danificar a Folha de Respostas sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de correção dela.
 - 6.16.7. Todas as folhas de respostas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.
 - 6.16.8. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
- 6.17. O candidato deverá informar ao fiscal de sua sala qualquer irregularidade nos materiais recebidos no momento da aplicação das provas, não sendo aceitas reclamações posteriores.
 - 6.17.1. Nos casos de eventual falta de Caderno de Questões / material personalizado de aplicação das provas, em razão de falha de impressão, número de provas incompatível com o número de candidatos na sala ou qualquer outro equívoco na distribuição de prova/material, o IBAM tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de coordenação.
- 6.18. O candidato, ao terminar a prova, entregará ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha de Respostas devidamente assinada e identificada com sua impressão digital.
 - 6.18.1. **As pessoas candidatas só poderão sair do local de realização da prova após decorrido o tempo de 50% (cinquenta por cento) da duração total da prova. Nessa situação, não será permitido levar o caderno de questões.**
 - 6.18.2. **Somente será permitido à pessoa candidata levar consigo o caderno de questões a partir dos 30 minutos anteriores ao horário do término das provas.**
 - 6.18.3. O modelo do caderno de questões será posteriormente disponibilizado na área do candidato no portal do IBAM.
 - 6.18.4. Será anulada a prova do(a) candidato(a) que não devolver o caderno de questões e a folha de respostas, que sair antes do horário previsto.
 - 6.18.5. **Os 03 (três) últimos candidatos a terminarem as provas somente poderão deixar o local de aplicação juntos, devendo assinar a ata de sala para comprovar tal fato.**



- 6.18.6. Não serão disponibilizados Cadernos de Provas por outras formas e meios diferentes do descrito no item 6.18.2 e 6.18.3.
- 6.18.7. O horário do efetivo início da prova será definido em cada sala de aplicação, após os devidos esclarecimentos feitos pelo fiscal da sala.
- 6.19. A candidata que tiver necessidade de amamentar, durante a realização das provas, deverá levar um acompanhante com maioria legal que ficará em sala reservada e que será responsável pela guarda da criança.
- 6.19.1. O acompanhante que ficará responsável pela criança, também deverá permanecer no local designado pela Coordenação, e se submeterá a todas as normas constantes deste Edital, inclusive no tocante ao uso de equipamento eletrônico e celular.
- 6.19.2. A candidata, nesta condição, que não levar acompanhante, não realizará a prova.
- 6.19.3. A candidata lactante terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho. Durante o período de amamentação, a mãe será acompanhada por fiscal, em local reservado para essa finalidade.
- 6.19.3.1. O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova, em igual período.
- 6.19.3.2. Exceto no caso previsto no item 6.19, não será permitida a presença de acompanhante no local de aplicação das provas.
- 6.20. Não haverá, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de prova, por outros motivos que não o previsto no item anterior.

7. DOS TÍTULOS

- 7.1. Haverá prova de Títulos de caráter classificatório para os candidatos habilitados na prova escrita objetiva.
- 7.1.1. Os pontos dos títulos serão somados ao total de pontos obtidos na prova escrita objetiva.
- 7.1.2. Não haverá desclassificação do candidato pela não apresentação dos títulos.
- 7.2. Os títulos deverão ser encaminhados da seguinte maneira:
- 7.2.1. Acessar a área do candidato, no site do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM (www.ibamsp-concursos.org.br) e realizar o envio da documentação comprobatória, por meio digital (upload), entre os dias **18 e 19 de agosto de 2026**.
- 7.2.2. Os documentos deverão ser enviados digitalizados, frente e verso, quando necessário, com tamanho de até 1 MB, por documento anexado, na extensão “.pdf”, “.jpg”, “.jpeg” ou “.png”.
- 7.2.3. A documentação encaminhada terá validade apenas para este Concurso Público.
- 7.2.4. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal e a Prefeitura Municipal de Elias Fausto não se responsabilizam pela não recepção dos documentos por motivo de ordem técnica dos computadores, provedores, falha de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, erros de digitação, bem como, outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a chegada da documentação comprobatória a seu destino, devendo o candidato se certificar de que a documentação fora devidamente recebida.
- 7.3. Os títulos dos candidatos habilitados, recebidos pelo IBAM serão submetidos à verificação de autenticidade, ensejando a eliminação do candidato que encaminhar diplomas inválidos ou adulterados, caracterizando a má-fé objetiva.
- 7.4. Serão considerados como títulos apenas os relacionados a seguir, limitada à pontuação total da prova de títulos ao valor máximo estabelecido.

1– Doutor na área de atuação do respectivo emprego

Comprovantes: Diploma devidamente registrado ou declaração/certificado de conclusão de curso, acompanhado do respectivo Histórico Escolar, com registro da data da colação de grau.



Valor Unitário: 5,0 / Valor Máximo a ser atribuído: 5,0

2– Mestre na área de atuação do respectivo emprego

Comprovantes: Diploma devidamente registrado ou declaração/certificado de conclusão de curso, acompanhado do respectivo Histórico Escolar, com registro da data da colação de grau.

Valor Unitário: 3,0 / Valor Máximo a ser atribuído: 3,0

3– Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu (Especialização) na área de atuação do respectivo emprego com duração mínima de 360 horas

Comprovantes: Diploma devidamente registrado ou declaração/certificado de conclusão de curso, acompanhado do respectivo Histórico Escolar.

Valor Unitário: 1,0 / Valor Máximo a ser atribuído: 2,0

- 7.5. Constituem Títulos somente os acima indicados, obtidos até a data final de entrega de títulos, desde que devidamente comprovados.
- 7.6. Serão analisados apenas os títulos que contenham as cargas horárias dos cursos e que se relacionam à área para a qual o candidato está concorrendo.
- 7.7. Não serão considerados os cursos de graduação ou os de formação em serviço.
- 7.8. Não serão considerados os títulos que componham exigência para o emprego.
- 7.9. Quando o documento relativo à formação acadêmica não comprovar explicitamente que o título se enquadra na área exigida na Tabela de Títulos, o candidato poderá entregar, também, na mesma oportunidade o histórico escolar ou declaração da instituição que emitiu o documento, na qual declara a(s) área(s) de concentração e/ou programa(s) e/ou linha(s) de pesquisa(s) e/ou informações complementares que permitam o perfeito enquadramento do título.
- 7.9.1. Não será aberto prazo suplementar para entrega de histórico ou declaração da instituição que emitiu o documento.
- 7.10. Os títulos referentes à conclusão de cursos de pós-graduação em nível de mestrado ou de doutorado deverão ser de cursos reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Ministério da Educação.
- 7.11. Caso o candidato ainda não detenha a posse de seu diploma de mestrado e/ou doutorado, deverá apresentar em seu lugar a ata de defesa da dissertação e/ou a ata de defesa de tese.
- 7.12. O título de curso realizado no exterior somente será considerado válido se o documento estiver traduzido para o Português por tradutor juramentado e em conformidade com as normas estabelecidas na Resolução nº 01 de 03/04/2001 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.
- 7.13. Somente serão recebidos e analisados os documentos entregues no prazo estabelecido e em conformidade com as regras dispostas neste Capítulo.
- 7.14. É vedada a pontuação de qualquer curso/documento que não preencher todas as condições previstas neste capítulo.
- 7.15. Entregue a relação dos títulos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.
- 7.16. Em hipótese alguma, serão recebidos títulos apresentados fora do prazo, horário, ou de forma diversa do estabelecido ou em desacordo com o disposto neste capítulo.
- 7.17. Se comprovada, em qualquer tempo, a irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos, o candidato terá anulada a respectiva pontuação e, caso comprovada a culpa do candidato, este será excluído do concurso.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

- 8.1. Os candidatos habilitados serão classificados por ordem decrescente da pontuação final, em listas de classificação para cada emprego.
- 8.2. A pontuação final do(a) candidato(a) será aquela obtida em todas as modalidades de prova que participou.
- 8.3. Serão emitidas duas listas: uma geral, contendo todos os candidatos habilitados, tanto na ampla concorrência, quanto pessoas com deficiência e uma especial para os candidatos com deficiência habilitados.
- 8.4. Não ocorrendo inscrição no Concurso Público ou aprovação de candidatos com deficiência, será elaborada somente a Lista de Classificação Final Geral.
- 8.5. Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente os seguintes critérios de desempate:
- a) Candidato(a) que tenha idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada preferência ao de idade mais elevada, considerada na data da publicação do Edital de Abertura;
 - b) Candidato que obtiver maior pontuação nas questões de Conhecimentos Específicos;
 - c) Candidato que contar com maior idade, entre os que tenham menos de 60 anos, considerada na data de publicação deste Edital de Abertura;
 - d) Candidato(a) que tiver exercido a função de jurado, a partir da vigência da Lei Federal nº 11.689/2008 e até o último dia do período das inscrições para este Concurso Público, desde que obedecidas as regras estabelecidas neste Edital.
 - e) Sorteio com a participação dos candidatos envolvidos, no momento da atribuição para contratação.
- 8.6. A realização do sorteio contará com a participação dos candidatos envolvidos, no momento da convocação/nomeação.
- 8.7. No ato da inscrição, o candidato fornecerá as informações necessárias para fins de desempate, estando sujeito às penalidades impostas pela Administração Municipal, em caso de inverídicas.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias úteis do fato que lhe deu origem, a contar do dia da divulgação/ocorrência do evento que motivou a reclamação, considerada a divulgação no portal do IBAM – endereço **www.ibamsp-concursos.org.br, independente daquela realizada pela Prefeitura de Elias Fausto.**
- 9.1.1. Para a interposição de recurso o(a) candidato(a) deverá, obrigatoriamente, acessar o campo próprio para recursos, seguindo as instruções contidas no endereço eletrônico **www.ibamsp-concursos.org.br** e preencher o formulário/tela próprio disponibilizado para o recurso e enviá-lo até às 18h (horário de Brasília) do último dia útil destinado para tal, devendo o(a) candidato(a) utilizar um formulário/tela para cada questão no caso de recurso contra o gabarito, respeitando o limite máximo de 2.500 caracteres para cada formulário, quando for o caso e estando em conformidade com o disposto neste Capítulo.
- 9.2. **Somente serão considerados os recursos interpostos para a fase a que se referem e no prazo estipulado neste Edital, não sendo aceitos recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso daquele em andamento.**
- 9.3. O resultado da análise do recurso interposto será disponibilizado ao candidato no site do IBAM - **www.ibamsp-concursos.org.br**, na área do(a) candidato(a) e não será encaminhada resposta individual.
- 9.3.1. A eventual remessa de comunicação via email ou whatsapp constitui mera liberalidade da banca examinadora, não eximindo o candidato de acompanhar todas as fases e divulgações no



- portal do concurso no site do IBAM.
- 9.4. Será liminarmente indeferido o recurso:
- que não estiver devidamente fundamentado ou não possuir argumentação lógica e consistente que permita sua adequada avaliação;
 - que for apresentado fora do prazo a que se destina ou relacionado a evento diverso;
 - interposto por outra via, diferente da especificada neste Capítulo;
 - que apresentar contestação referente a mais de uma questão no mesmo formulário, devendo o(a) candidato(a) utilizar um formulário para cada questão, objeto de questionamento;
 - cujas fundamentações não correspondam à questão recorrida;
 - cujos teores desrespeitem a Banca Examinadora;
 - contra terceiros;
 - em coletivo;
 - que esteja em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo e nas instruções constantes dos Editais de divulgação dos eventos.
- 9.5. Não será permitido ao candidato anexar cópia de qualquer documento quando da interposição de recurso. Documentos eventualmente anexos serão desconsiderados.
- 9.6. **Não haverá segunda instância de recurso administrativo, reanálise de recurso interposto ou pedidos de revisão de recurso.**
- 9.7. Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos presentes à prova independente de terem recorrido.
- 9.7.1. A pontuação relativa à questão anulada será atribuída aos candidatos que não marcaram a alternativa inicialmente dada como certa no gabarito preliminar.
- 9.8. Caso haja alteração no gabarito divulgado por força de impugnações ou correção, as provas serão corrigidas de acordo com as alterações promovidas, considerando-se as marcações feitas pelos candidatos na(s) alternativa(s) considerada(s) correta(s) para a questão.
- 9.9. A anulação de questão não acarreta atribuição de pontos adicionais, além daqueles a que o(a) candidato(a) prejudicado(a) tem direito.
- 9.10. No caso de procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá eventualmente haver alteração dos resultados obtidos pelo(a) candidato(a) em qualquer etapa ou ainda poderá ocorrer a desclassificação dele(a).
- 9.11. Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo estabelecido e que possuírem fundamentação e argumentação lógica e consistente, que permita sua adequada avaliação.
- 9.12. Não serão respondidos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado, sendo considerados extemporâneos.
- 9.13. A decisão do deferimento ou indeferimento de recurso, das diversas etapas do Concurso Público, será irrecorrível e será divulgada no site do IBAM www.ibamsp-concursos.org.br e no Boletim Oficial do Município disponível no site da Prefeitura www.eliasfausto.sp.gov.br.
- 9.13.1. A contagem de prazos se dará sempre a partir da divulgação realizada no portal do concurso no site do IBAM.
- 9.14. A Comissão Especial de Concurso Público constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, desde que fundamentadas, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- 9.15. A interposição de recursos não obsta o regular andamento do cronograma do Concurso Público.
- 9.16. Em hipótese alguma haverá revisão, reanálise ou reconsideração de recurso.

10. DO PROVIMENTO DOS EMPREGOS

- 10.1. A convocação para ingresso obedecerá rigorosamente a ordem de classificação final dos candidatos aprovados no emprego de sua opção, não gerando ao candidato aprovado além do número de vagas o direito à Posse. Os classificados no Concurso Público somente serão convocados por ato discricionário vinculado à conveniência e oportunidade por parte da Administração Pública Direta, dentro do prazo de



validade do certame, respeitada a Legislação de Responsabilidade Fiscal vigente, associada aos fatores de ordem técnica de trabalho e/ou disponibilidade orçamentária.

- 10.2. A data para entrada em exercício dos candidatos convocados será definida pela Prefeitura Municipal de Elias Fausto em atendimento às suas necessidades e conveniências.
- 10.3. O processo de convocação dos candidatos aprovados aos empregos constantes neste Edital é de exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal de Elias Fausto.
- 10.4. É de responsabilidade do candidato, durante todo o período de vigência do Concurso Público, acompanhar, diariamente, o site oficial da prefeitura de Elias Fausto, especificamente o Boletim Oficial do Município, em que a Prefeitura publica seus atos oficiais.
- 10.5. O candidato não poderá alegar desconhecimento destes meios de convocação caso não compareça na data e horário determinados nos editais publicados.
- 10.6. O candidato que não se apresentar na data, horário e local informados no ato da convocação estará automaticamente desclassificado.
- 10.7. Por ocasião da nomeação, mediante entrega dos devidos documentos, deverão ser comprovadas as seguintes exigências:
 - a) Ter sido classificado neste Concurso Público e considerado apto nos Exames Médicos Admissionais;
 - b) Possuir a escolaridade mínima exigida para o provimento do Emprego, bem como os requisitos constantes deste Edital. Os documentos comprobatórios de escolaridade obtidos no exterior (certificados, diplomas, histórico escolar) poderão ser aceitos para fins de Posse somente se revalidados ou convalidados por autoridade educacional brasileira competente. Estes documentos, bem como quaisquer outros obtidos no exterior, deverão estar acompanhados de tradução pública e juramentada;
 - c) Para Empregos de Ensino Superior, quando houver, o candidato deverá comprovar a escolaridade exigida, sendo aceito no mínimo Certificado de Graduação com a data da colação de grau, além do diploma de pós-graduação, quando exigido;
 - d) Apresentar os seguintes documentos originais com uma cópia para entrega: RG (2 cópias); CPF; CNH válida (se for requisito do emprego e de categoria exigida); PIS/PASEP; Título de Eleitor; Comprovantes de Votação na última eleição ou Certidão de Quitação Eleitoral; Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (se do sexo masculino); Certidão de Casamento (mesmo se averbada) ou de União Estável; Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 21 anos; Caderneta de Vacinação dos filhos menores de 5 anos; 4(quatro) fotos 3x4 frontais, iguais e recentes; Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (de até 30 dias); Comprovante de Residência (de até 3 meses) contendo bairro e CEP; Certificado de Conclusão do grau de instrução e da especialidade exigida para o emprego; Carteira do Órgão de Classe ativa (se for requisito do emprego); Comprovante de Desligamento da Administração Pública (se for recente ex-servidor); Declaração Funcional com lotação e horários exercidos (em caso de acúmulo legal de empregos públicos); Declaração Atual de Bens em envelope lacrado com cola (poderá preencher modelo no momento da entrega); Comprovante de conta (se tiver) e outros documentos que a Administração achar pertinente;
 - e) Ser brasileiro nato, naturalizado ou cidadão português a quem foi deferida igualdade nos termos do Decreto Federal nº 70.391/72 e do Decreto Federal nº 70.436/72;
 - f) Estar em dia com o serviço militar, se do sexo masculino;
 - g) Estar em dia com seus direitos políticos e obrigações eleitorais;
 - h) Ter plena aptidão física e mental e não possuir deficiência física incompatível com os requisitos e atribuições para o pleno exercício do Emprego, comprovada em inspeção realizada pela Medicina do Trabalho da Administração Pública;
 - i) Submeter-se, por ocasião da posse, ao exame médico pré-admissional, de caráter eliminatório, a ser realizado pela Administração ou por sua ordem, para constatação de aptidão física e mental;
 - j) Não ter sofrido nenhuma condenação em virtude de crime contra a Administração;
 - k) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos e não ter completado 75 (setenta e cinco) anos, idade esta para aposentadoria compulsória dos servidores públicos;
 - l) Preencher e Assinar declaração quanto ao exercício ou não de cargo, emprego ou função pública e sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão; e



- m) Não ter, anteriormente, contrato de trabalho com o Poder Público rescindido por justa causa, nem ter sido demitido a bem do serviço público, ou estar sob os efeitos do artigo 265-A, parágrafo único, da Lei nº 1.780/78.

10.7.1. O candidato não deverá estar incompatibilizado para o exercício do Emprego Público.

10.7.2. A não comprovação de qualquer dos requisitos exigidos, importará na exclusão do candidato do presente Concurso Público.

- 10.8. Entregue a documentação para posse nas condições informadas no item 10.7, estará aberto o prazo para posse, de 30 (trinta) dias contados do ato de nomeação, prorrogável por igual período, a requerimento do interessado e a critério da Administração, nos termos da lei.
- 10.9. No caso de desistência do candidato, quando convocado para uma vaga, o fato deverá ser formalizado por ele através do Termo de Desistência Definitiva.
- 10.10. Os candidatos devidamente convocados deverão ser submetidos a realização dos exames médicos admissionais e outros exames e/ou procedimentos que forem julgados necessários pela Administração Pública que avaliará sua capacidade física e mental no desempenho das tarefas pertinentes ao emprego a que concorrem.
- 10.11. O candidato deficiente poderá ser submetido à junta médica, quando do exame admissional, que atestará se a deficiência é compatível com as atribuições e requisitos do emprego.
- 10.12. O resultado do exame médico admissional é de caráter eliminatório, para efeito de nomeação e são soberanos e deles não caberá qualquer recurso.
- 10.13. O candidato considerado inapto pelo Núcleo de Perícia Médica será desclassificado do Concurso Público.
- 10.14. Para efeito de ingresso na Prefeitura Municipal de Elias Fausto, o candidato aprovado e classificado ficará obrigado a comprovar, junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Elias Fausto, que satisfaz as exigências deste Edital para o exercício do emprego sob pena de não ser empossado.
- 10.15. Quando nomeado, o candidato deverá comprovar, através da apresentação da documentação hábil, que possui os requisitos e habilitações exigidas neste Edital. A não comprovação, ou ainda, a apresentação de documentos que não comprovem o preenchimento dos requisitos e habilitação exigidos, implicará a sua desclassificação, de forma irreversível, sendo considerada nula a sua inscrição e todos os atos subsequentes praticados em seu favor.
- 10.16. No ato da convocação, as cópias dos documentos exigidos somente serão aceitas mediante apresentação dos originais.
- 10.17. Não será empossado o candidato convocado que fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata para fins de posse ou não possuir os requisitos exigidos no Edital.
- 10.18. Os candidatos classificados serão nomeados pelo regime celetista, sujeitos ao período de 03 (três) anos de estágio probatório, estabelecido pela Constituição Federal, em seu artigo 41.
- 10.19. Após a homologação do referido Concurso Público todas as informações referentes ao acompanhamento da Posse devem ser solicitadas juntamente à Prefeitura Municipal de Elias Fausto através de seus canais de comunicação.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento das presentes instruções e a aceitação tácita das condições do Concurso, tais como se acham estabelecidas no Edital de abertura e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

11.1.1. A aceitação dos termos deste edital visa também registrar a manifestação livre e inequívoca pela qual o candidato concorda com o tratamento dos seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

- 11.2. Fica estabelecido, por este edital, o foro da Comarca de Elias Fausto para dirimir qualquer pendência



relativa ao presente concurso, à exceção de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

- 11.3. Não serão fornecidas informações relativas à convocação, ao resultado das provas ou ao resultado final via telefone, e-mail ou outros canais que não os expressamente elencados neste edital, bem como atestados ou declarações pela participação no Certame.
- 11.3.1. Não será admitida a interposição de recursos ou de impugnações por outros canais, da banca organizadora ou da Prefeitura Municipal, senão nos meios expressamente previstos neste edital.
- 11.4. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas ou os critérios de avaliação e classificação.
- 11.5. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital e/ou em outros relativos ao Concurso, nos comunicados, nas instruções aos candidatos e/ou nas instruções constantes da Prova, o candidato que:
- a) Apresentar-se após o horário estabelecido para fechamento dos portões do prédio, inadmitindo-se qualquer tolerância;
 - b) Não comparecer às provas seja qual for o motivo alegado;
 - c) Apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
 - d) Não apresentar o documento que bem o identifique;
 - e) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
 - f) Ausentar-se do local de provas antes do tempo mínimo de permanência;
 - g) Ausentar-se da sala de provas levando folha de respostas e ou Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
 - h) Estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;**
 - i) For apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo da deflagração do procedimento cabível;
 - j) For surpreendido em comunicação com outras pessoas, dando ou recebendo auxílio para a execução das provas, ou utilizando-se de livros, notas ou impressos não permitidos ou máquina calculadora ou similar;
 - k) Estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico ou de comunicação;
 - l) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas ou com os demais candidatos;
 - m) Prestar, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
 - n) Fotografar, filmar a realização de sua prova ou de terceiros ou registrar qualquer imagem do local de aplicação das provas;**
 - o) Descumprir qualquer regra estabelecida neste Edital, nas retificações e no Edital de Convocação para a realização das provas;
 - p) Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com autoridades presentes ou com os demais candidatos.
- 11.6. A inexistência das afirmativas ou irregularidades de documentos, ou outras irregularidades constatadas no decorrer do concurso, verificadas a qualquer tempo, acarretará a nulidade da inscrição, prova ou a admissão do candidato, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, cível ou criminal cabíveis.
- 11.7. Todos os atos relativos ao presente Concurso, convocações para provas, avisos e resultados até sua homologação serão publicados no Boletim Oficial do Município disponível em www.eliasfausto.sp.gov.br e divulgados no site www.ibamsp-concursos.org.br, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos relativos ao Concurso Público por esses meios.
- 11.8. Os editais completos serão divulgados no Boletim Oficial do Município disponível em www.eliasfausto.sp.gov.br e divulgados no site www.ibamsp-concursos.org.br.
- 11.9. Compete à banca examinadora a deliberação sobre o grau de dificuldade da prova e a quantidade de questões por assunto e o tempo de duração.
- 11.10. A Prefeitura de Elias Fausto e o IBAM se eximem das despesas decorrentes de viagens e estadias dos

candidatos para comparecimento a qualquer prova do Concurso Público, bem como objetos pessoais esquecidos e danificados nos locais de prova.

- 11.11. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo do candidato a responsabilidade de acompanhar pelo Boletim Oficial do Município disponível em www.eliasfausto.sp.gov.br e pelo site www.ibamsp-concursos.org.br, as eventuais retificações.
- 11.12. Não serão fornecidas informações e documentos pessoais de candidatos a terceiros, em atenção ao disposto no artigo 31 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- 11.13. A Prefeitura de Elias Fausto e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso.
- 11.14. Decorrido um ano de sua homologação os registros escritos pertinentes a este concurso público, serão encaminhados à Municipalidade.
- 11.15. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital de Concurso Público, perante a Prefeitura Municipal, o candidato que não o fizer até o segundo dia útil após a publicação dele.
- 11.16. O prazo de validade deste Concurso é de 02 (dois) anos, a contar da data de homologação, prorrogável por igual período, a juízo da Administração Municipal.
- 11.17. O **resultado final** do Concurso será homologado pelo Prefeito de Elias Fausto.
- 11.18. Os casos omissos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pela Comissão designada para a realização do presente Concurso Público.

Elias Fausto, 10 de abril de 2026.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Membros:

Douglas de Souza Barreiros;

Dayana Aparecida Boaventura Bruschi Leite;

Marcos Rezende Fernandes.

PCI Concursos

ANEXO I – SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES (conforme Legislação em vigor)

ASSISTENTE SOCIAL I

Elaborar e executar programas de assistência e apoio a grupos específicos (menores, migrantes, estudantes da rede escolar municipal e servidores). Efetuar levantamento de dados para identificar problemas sociais. Elaborar e executar programas de capacitação de mão-de-obra e sua integração no mercado de trabalho. Elaborar ou participar da elaboração e execução de campanhas educativas (saúde pública, higiene e saneamento). Organizar atividades ocupacionais de menores, idosos e desamparados. Orientar comportamento de grupos (habitação, saúde, higiene, educação, planejamento familiar). Promover, por meio de entrevistas, palestras e visitas, a prevenção ou solução de problemas sociais. Manter referências atualizadas sobre as características socioeconômicas dos servidores e pacientes. Participar da elaboração, execução e avaliação dos programas de orientação educacional e pedagógicos. Aconselhar e orientar a população nos postos de saúde, escolas e creches municipais.

DENTISTA I

Atendimento Adulto e Infantil. Diagnosticar e avaliar pacientes. Executar tratamentos odontológicos (extrações, restaurações, canais radiculares, entre outros). Realizar radiografias e exames laboratoriais. Prescrever e administrar medicamentos. Orientar sobre saúde bucal, higiene e profilaxia oral. Aplicar anestésicos locais e regionais. Orientar e encaminhar para tratamento especializado. Manter o registro de pacientes atendidos, realizar revisões e limpezas periódicas.

DENTISTA II

Atendimento Adulto e Infantil. Avaliar e tratar patologias, lesões e deformidades na região bucomaxilofacial, utilizando procedimentos cirúrgicos. Cuidar de fraturas faciais, traumas na região da boca e maxilares. Tratar de problemas na articulação temporomandibular (ATM). Realizar extrações dentárias, incluindo dentes do siso inclusos, e procedimentos pré-protéticos.

ENFERMEIRO PADRÃO

Diagnosticar e avaliar pacientes, prescrever e administrar medicamentos e/ou aplicar medidas de prevenção e controle sistemático de doenças e infecção hospitalar. Coordenar, supervisionar a organização e execução das atividades de enfermagem desenvolvidas nas unidades de atendimento sob sua responsabilidade. Executar outras atividades corretas.

FARMACÊUTICO

Dispensação de medicamentos. Controlar o estoque dos medicamentos nas unidades de saúde. Subministrar produtos médicos e cirúrgicos seguindo o receituário médico. Controlar entorpecentes e produtos equiparados, anotando em mapas, guias e livros, atendendo as disposições legais. Analisar produtos

farmacêuticos. Participar conforme política interna da instituição de projetos, cursos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade. Participar de programa de treinamento quando convocado. Participar da elaboração de protocolos de padronização de medicamentos, elaborar lista de compras e participar de comissões. Trabalhar segundo normas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental. Executar outras atividades corretas.

FISIOTERAPEUTA

Atendimento Adulto e Infantil. Prestar assistência fisioterápica a doentes e acidentados nas unidades de saúde e domiciliar. Avaliar nível das disfunções físico-funcionais. Planejar e executar a terapêutica fisioterápica. Proceder à reavaliação sistemática dos pacientes. Programar, prescrever e orientar a utilização de recursos fisioterápicos (correção de desvios posturais, afecções dos aparelhos respiratórios, cardiovasculares e neurológicos). Requisitar exames complementares. Orientar a família, participar nos atendimentos de urgência. Indicar e prescrever o uso de próteses. Executar programas de prevenção a saúde em âmbito municipal (hidroginástica, alongamentos, exercícios).

FONOAUDIÓLOGO

Atendimento Adulto e Infantil. Atendimento a pacientes com distúrbios de voz, fala, linguagem, expressão do pensamento, verbalização e audição. Atendimento a pacientes com transtornos de deglutição. Atendimento a pacientes com alterações de fluência, articulação da fala e respiração.

JORNALISTA

Redigir, interpretar e organizar notícias a serem divulgadas; realizar reportagens de rádio e televisão ao vivo e matérias gravadas, acompanhar eventos culturais e, redigir matérias especiais; comentar os fatos, suas causas, resultados e possíveis consequências de interesse público; selecionar, revisar, preparar e distribuir matérias para publicação, atender e manter contato com a imprensa, orientar os fotógrafos sobre fatos e/ou assuntos de interesse, bem como, coletar assuntos a serem abordados; atuar em equipe multiprofissional e, orientar e supervisionar estagiários e outros profissionais na execução de seus serviços; Planejar e organizar a realização de eventos internos e externos, inclusive as atividades relacionadas a cerimonial e apresentação de eventos (Mestre de Cerimônias), objetivando a aproximação da Sociedade e seus segmentos e a Administração Municipal, servindo como porta voz, prestando esclarecimentos ou apenas informações sobre as atividades da Administração Municipal; zelar pela limpeza e conservação de materiais, equipamentos e do local de trabalho; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente organizacional.

MÉDICO II (ULTRASSONOGRAFISTA)

Atendimento Adulto e Infantil. Realizar exames de ultrassom. Operar equipamentos de ultrassom. Esclarecer dúvidas dos pacientes. Elaborar laudos e interpretar as imagens geradas. Orientar o médico que solicitou o diagnóstico.

MÉDICO II (GINECOLOGISTA/OBSTETRA)

Realização de uma ampla variedade de exames (Papanicolau, pélvicos e de mama). Diagnosticar e prescrever tratamentos para distúrbios e doenças. Monitoramento e tratamento de gestantes durante a gravidez, parto e pós-parto. Educar pacientes sobre prevenção e detecção de doenças e saúde reprodutiva. Colaborar com outros profissionais médicos e não médicos.

MÉDICO II (PSIQUIATRA)

Atendimento Adulto e Infantil. Avaliar aspectos emocionais, cognitivos, comportamentais e sociais. Investigar anomalias ou enfermidades no desenvolvimento do sistema nervoso infantil. Diagnosticar distúrbios comportamentais ou de pensamento. Oferecer soluções de tratamento ou planos para distúrbios. Realizar



avaliações psiquiátricas, desenvolver planos de tratamento, prescrever medicamentos. Oferecer suporte emocional e estratégias de enfrentamento. Trabalhar em colaboração com outros profissionais de saúde mental.

MÉDICO II (DERMATOLOGISTA)

Atendimento Adulto e Infantil. Entrevistar pacientes. Fornecer diagnósticos e decidir sobre planos de tratamento. Realizar exames de acompanhamento, monitorar o progresso do tratamento. Encaminhar os pacientes a outros especialistas, se necessário. Orientar sobre cuidados diários para manter a saúde da pele.

MÉDICO II (VASCULAR)

Responsável por realizar avaliação, diagnóstico e acompanhamento clínico de pacientes com doenças do sistema circulatório periférico (artérias, veias e vasos linfáticos). Atuar na indicação e condução de tratamentos conservadores. Prescrever medicamentos. Solicitar e interpretar exames específicos da especialidade. Realizar procedimentos minimamente invasivos ou terapias complementares. Atuar em parceria com equipes multidisciplinares.

MÉDICO PEDIATRA I

Diagnosticar, tratar e prevenir doenças. Orientar os pais sobre vacinação, alimentação e cuidados do dia a dia. Acompanhar o crescimento, o desenvolvimento e o bem-estar geral da criança. Realizar exames de rotina. Prescrever medicações. Dar alta aos pacientes sob medicação. Acompanhar outras crianças e adolescentes.

MÉDICO PLANTONISTA

Atendimento Adulto e Infantil. Realizar consultas e atendimentos médicos. Implementar ações para promoção da saúde. Coordenar programas e serviços em saúde. Elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica.

NUTRICIONISTA

Atendimento Adulto e Infantil. Atender consultas individuais. Elaborar, implantar, manter e avaliar planos e/ou programas de alimentação e nutrição para a população. Propor e coordenar normas, padrões e métodos de educação e assistência alimentar. Prescrever regimes para pessoas saudáveis ou subnutridas, bem como dietas especiais para doentes. Orientar a execução dos cardápios, verificando as condições dos gêneros alimentícios. Recomendar cuidados higiênicos no preparo e conservação dos alimentos para gestantes, nutrizes e latentes. Determinar a quantidade e qualidade dos gêneros alimentícios a serem adquiridos. Elaborar o cardápio da merenda para as escolas públicas municipais. Orientar os setores de compra e licitação na aquisição de alimentos. Executar outras atividades corretas.

PSICÓLOGO I

Atendimento adulto e Infantil. Aplicar conhecimento no campo da psicologia para o planejamento e execução de atividades nas áreas clínicas, educacional e do trabalho. Estudar e avaliar indivíduos em seus aspectos intelectuais e emocionais, empregando métodos e técnicas psicológicas para formular diagnóstico ou parecer psicológico. Desenvolver aconselhamento e/ou orientação individual ou em grupo. Desenvolver trabalhos psicoterápicos. Reunir informações para fornecer aos médicos subsídios para diagnósticos e tratamentos. Executar outras atividades corretas.

PSICÓLOGO II

Realizar avaliações psicológicas utilizando instrumentos e procedimentos da Análise do Comportamento Aplicada (ABA). Elaborar planos de intervenção individualizados, com base nos princípios da ABA. Aplicar as



PREFEITURA DE
**ELIAS
FAUSTO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ nº. 44.723.740/0001-21

estratégias terapêuticas da ABA. Monitorar o progresso do paciente, registrando dados. Participar de reuniões com a equipe multidisciplinar. Fornecer orientações e suporte à família do paciente. Desenvolver materiais terapêuticos personalizados. Contribuir para a produção de conhecimento relacionado à ABA. Atendimento adulto e Infantil. Aplicar conhecimento no campo da psicologia para o planejamento e execução de atividades nas áreas clínicas, educacional e do trabalho. Estudar e avaliar indivíduos em seus aspectos intelectuais e emocionais, empregando métodos e técnicas psicológicas para formular diagnóstico ou parecer psicológico. Desenvolver aconselhamento e/ou orientação individual ou em grupo. Desenvolver trabalhos psicoterápicos. Reunir informações para fornecer aos médicos subsídios para diagnósticos e tratamentos. Executar outras atividades corretas.

PCI Concursos

ANEXO II - PROGRAMA DAS PROVAS

Concurso Público 01/2026

Edital 02

Observação: A legislação e a jurisprudência indicada nos conteúdos programáticos deste Anexo deverão ser consideradas com suas alterações e atualizações vigentes até a data de publicação do edital, inclusive leis, emendas, normas complementares e regulamentos aplicáveis.

PARA O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL I

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos; tipologia e gêneros textuais; coesão e coerência textual; significação de palavras e expressões; ortografia oficial; acentuação gráfica; pontuação; classes de palavras; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal; crase; colocação pronominal; reescrita de frases e períodos; adequação vocabular; estruturação sintática do período simples e do período composto.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Operações com números inteiros, racionais e reais; razão, proporção e porcentagem; regra de três simples e composta; equações e sistemas lineares; grandezas e medidas; áreas, volumes e conversões de unidades; leitura e interpretação de tabelas, gráficos e planilhas; proposições; conectivos lógicos; negação; equivalência; argumentos; validade de argumentos; sequências lógicas; padrões; resolução de situações-problema.

INFORMÁTICA

Sistema operacional Microsoft Windows; Microsoft Office, admitindo-se suítes compatíveis ou equivalentes; editor de textos; planilhas eletrônicas; apresentações; internet e correio eletrônico; organização e gerenciamento de arquivos e pastas; noções de segurança da informação; uso de planilhas, relatórios e documentos digitais aplicados à rotina administrativa e técnica.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Constituição Federal de 1988, no que se refere à seguridade social e à assistência social; Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social; Política Nacional de Assistência Social; Sistema Único de Assistência Social; proteção social básica e especial; benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais; trabalho social com indivíduos, famílias e grupos; vulnerabilidade e risco social; intersetorialidade entre assistência social, saúde e educação; Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei nº 10.741/2003 – Estatuto da Pessoa Idosa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Lei nº 8.662/1993 e suas alterações; atribuições privativas do assistente social; instrumentalidade do Serviço Social; estudo social; parecer social; relatório social; entrevista, visita domiciliar, escuta qualificada e orientação social; trabalho com famílias, crianças, adolescentes, idosos, migrantes, estudantes e servidores; programas de assistência e apoio a grupos específicos; campanhas educativas relacionadas à saúde pública, higiene e saneamento; inserção e reinserção no mercado de trabalho; articulação de rede de proteção social; atuação em postos de saúde, escolas e creches; planejamento, execução e avaliação de programas sociais, educacionais e intersetoriais; ética profissional.

PARA OS CARGOS DE DENTISTA I, DENTISTA II, ENFERMEIRO PADRÃO, FARMACÊUTICO, FONOAUDIÓLOGO, NUTRICIONISTA, PSICÓLOGO I, PSICÓLOGO II, FISIOTERAPEUTA, MÉDICO II (ULTRASSONOGRAFISTA), MÉDICO II (GINECOLOGISTA/OBSTETRA), MÉDICO II (PSQUIATRA), MÉDICO II (DERMATOLOGISTA), MÉDICO II (VASCULAR), MÉDICO PEDIATRA I, MÉDICO PLANTONISTA

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos; tipologia e gêneros textuais; coesão e coerência textual; significação de palavras e expressões; ortografia oficial; acentuação gráfica; pontuação; classes de palavras; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal; crase; colocação pronominal; reescrita de frases e períodos; adequação vocabular; estruturação sintática do período simples e do período composto.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Operações com números inteiros, racionais e reais; razão, proporção e porcentagem; regra de três simples e composta; equações e sistemas lineares; grandezas e medidas; áreas, volumes e conversões de unidades; leitura e interpretação de tabelas, gráficos e planilhas; proposições; conectivos lógicos; negação; equivalência; argumentos; validade de argumentos; sequências lógicas; padrões; resolução de situações-problema.

INFORMÁTICA

Sistema operacional Microsoft Windows; Microsoft Office, admitindo-se suítes compatíveis ou equivalentes; editor de textos; planilhas eletrônicas; apresentações; internet e correio eletrônico; organização e gerenciamento de arquivos e pastas; noções de segurança da informação; uso de planilhas, relatórios e documentos digitais aplicados à rotina administrativa e técnica.

SUS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Constituição Federal de 1988, no que se refere à saúde; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990; Decreto nº 7.508/2011; princípios, diretrizes e organização do Sistema Único de Saúde; participação da comunidade na gestão do SUS; controle social; redes de atenção à saúde; regionalização e hierarquização; atenção primária, ambulatorial e hospitalar; promoção, prevenção e recuperação da saúde; humanização do atendimento; vigilância em saúde; políticas públicas de saúde no âmbito municipal; segurança do paciente; ética e trabalho em equipe multiprofissional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DENTISTA I

Lei nº 5.081/1966; odontologia em saúde coletiva; atenção em saúde bucal do adulto e da criança; anamnese, exame clínico e diagnóstico em odontologia; cárie dentária e doença periodontal; radiologia odontológica; anestesia local; biossegurança em odontologia; esterilização e controle de infecção; dentística restauradora; exodontia; endodontia; periodontia; urgências odontológicas; prescrição medicamentosa em odontologia; profilaxia e educação em saúde bucal; manutenção e controle de prontuários odontológicos; encaminhamento para especialidades.

DENTISTA II

Lei nº 5.081/1966; cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial; avaliação, diagnóstico e tratamento de patologias, lesões e deformidades da região bucomaxilofacial; cirurgia oral maior e menor; extrações complexas e de dentes inclusos; traumatismos dentoalveolares e fraturas faciais; cirurgia pré-protética; infecções odontogênicas; articulação temporomandibular; exames por imagem aplicados à região bucomaxilofacial; urgências e emergências em cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial; biossegurança, assepsia e controle de infecção; prescrição e acompanhamento pós-operatório; integração com a rede de referência especializada.

ENFERMEIRO PADRÃO

Lei nº 7.498/1986; Decreto nº 94.406/1987; processo de enfermagem; sistematização da assistência de enfermagem; semiologia e semiotécnica; administração de medicamentos; controle de infecção; biossegurança; enfermagem clínica, cirúrgica, materno-infantil e em saúde pública; urgência e emergência; gerenciamento e supervisão de equipe de enfermagem; dimensionamento, organização e coordenação do serviço de enfermagem; notificação e prevenção de agravos; programas de prevenção e controle sistemático de doenças; segurança do paciente; registros de enfermagem; ética profissional.

FARMACÊUTICO

Lei nº 3.820/1960; Lei nº 5.991/1973; Lei nº 13.021/2014; assistência farmacêutica; dispensação de medicamentos; seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição e controle de estoque; farmacologia; farmacotécnica básica; medicamentos sujeitos a controle especial; entorpecentes e psicotrópicos; análise e controle de qualidade de produtos farmacêuticos; boas práticas em farmácia; uso racional de medicamentos; protocolos de padronização; comissão de farmácia e terapêutica; elaboração de relatórios e laudos técnicos; segurança, qualidade, higiene e preservação ambiental; ética profissional.

FONOAUDIÓLOGO

Lei nº 6.965/1981; Decreto nº 87.218/1982; fundamentos de fonoaudiologia; avaliação, diagnóstico e terapia em voz, fala, linguagem oral e escrita, motricidade orofacial e audição; transtornos de deglutição; alterações de fluência; articulação da fala; respiração; desenvolvimento da linguagem; audiologia clínica básica; prevenção e promoção em saúde fonoaudiológica; atendimento adulto e infantil; registros, pareceres e relatórios; atuação interdisciplinar; ética profissional.

NUTRICIONISTA

Lei nº 8.234/1991; avaliação nutricional; atenção nutricional do adulto, da criança, da gestante, da nutriz e do idoso; dietoterapia; prescrição dietética; planejamento, implantação, manutenção e avaliação de programas de alimentação e nutrição; vigilância alimentar e nutricional; educação alimentar e nutricional; alimentação coletiva; controle higiênico-sanitário dos alimentos; elaboração de cardápios; nutrição em saúde pública; orientações para compras e licitações de alimentos; alimentação escolar; segurança alimentar e nutricional; ética profissional.

PSICÓLOGO I

Lei nº 4.119/1962; Decreto nº 53.464/1964; fundamentos da psicologia clínica; avaliação psicológica; entrevista psicológica; diagnóstico e parecer psicológico; aconselhamento psicológico individual e em grupo; psicoterapia; desenvolvimento humano; saúde mental; atendimento adulto e infantil; atuação interdisciplinar; elaboração de documentos psicológicos; subsídios psicológicos para diagnósticos e tratamentos em equipe multiprofissional; ética profissional.

PSICÓLOGO II

Lei nº 4.119/1962; Decreto nº 53.464/1964; fundamentos da psicologia clínica; avaliação psicológica; diagnóstico e parecer psicológico; princípios da Análise do Comportamento Aplicada (ABA); avaliação comportamental; elaboração de planos de intervenção individualizados; aplicação de estratégias terapêuticas baseadas em ABA; registro e monitoramento de dados; orientação familiar; produção e adaptação de materiais terapêuticos; atuação em equipe multidisciplinar; atendimento adulto e infantil; ética profissional.

FISIOTERAPEUTA

Decreto-Lei nº 938/1969; Lei nº 6.316/1975; Lei nº 8.856/1994; Resolução COFFITO nº 562/2022; avaliação físico-funcional; cinesioterapia; recursos terapêuticos manuais e físicos; fisioterapia neurofuncional; fisioterapia neurofuncional com enfoque na infância e adolescência; fisioterapia respiratória e cardiovascular; fisioterapia em urgência e atendimento domiciliar; correção de desvios posturais; prescrição e orientação de órteses e próteses; reavaliação sistemática; programas preventivos em saúde; orientação à família; registros, laudos e relatórios; ética profissional.

MÉDICO II (ULTRASSONOGRAFISTA)

Lei nº 12.842/2013; fundamentos físicos da ultrassonografia; operação de equipamentos de ultrassom; preparo do paciente; técnicas de exame ultrassonográfico; imagem normal e patológica; interpretação de imagens; elaboração de laudos; qualidade e segurança em diagnóstico por imagem; integração com a clínica e com o médico solicitante; ética profissional; registros médicos.

MÉDICO II (GINECOLOGISTA/OBSTETRA)

Lei nº 12.842/2013; ginecologia e obstetrícia ambulatorial; saúde da mulher; pré-natal, parto e puerpério; rastreamento e prevenção de câncer ginecológico; exame ginecológico; planejamento reprodutivo; climatério; infecções sexualmente transmissíveis; urgências em ginecologia e obstetrícia; interpretação de exames complementares; acompanhamento de gestantes de risco habitual; ética profissional; registros médicos.

MÉDICO II (PSIQUIATRA)

Lei nº 12.842/2013; Lei nº 10.216/2001; avaliação psiquiátrica; psicopatologia; transtornos mentais na infância, adolescência e vida adulta; transtornos do humor, ansiedade, psicóticos e de personalidade; emergências psiquiátricas; psicofarmacologia; elaboração de projeto terapêutico; atenção psicossocial; trabalho em equipe multiprofissional; abordagem familiar; ética profissional; registros médicos.

MÉDICO II (DERMATOLOGISTA)

Lei nº 12.842/2013; semiologia dermatológica; dermatoses inflamatórias, infecciosas e autoimunes; doenças dos anexos cutâneos; dermatologia pediátrica; lesões elementares; neoplasias cutâneas; diagnóstico e acompanhamento clínico; exames dermatológicos; terapêutica dermatológica; educação em saúde para cuidados com a pele; encaminhamento e seguimento; ética profissional; registros médicos.

MÉDICO II (VASCULAR)

Lei nº 12.842/2013; avaliação clínica do sistema circulatório periférico; doenças arteriais, venosas e linfáticas; insuficiência venosa crônica; trombose venosa; doenças arteriais periféricas; varizes; úlceras vasculares; solicitação e interpretação de exames da especialidade; tratamento conservador; prescrição medicamentosa; procedimentos minimamente invasivos conforme a prática da especialidade; trabalho em equipe multiprofissional; ética profissional; registros médicos.

MÉDICO PEDIATRA I

Lei nº 12.842/2013; puericultura; crescimento e desenvolvimento; imunização; alimentação infantil; doenças prevalentes na infância e adolescência; atendimento pediátrico ambulatorial; urgências e emergências pediátricas; acompanhamento clínico; prevenção e promoção da saúde da criança; orientação familiar; exames de rotina; prescrição terapêutica; ética profissional; registros médicos.

MÉDICO PLANTONISTA

Lei nº 12.842/2013; atendimento médico em urgência e emergência; classificação de risco; abordagem inicial do paciente adulto e pediátrico; suporte básico e avançado de vida; estabilização clínica; atendimento a síndromes prevalentes em pronto atendimento; prescrição terapêutica; solicitação e interpretação inicial de exames; encaminhamentos; promoção da saúde; elaboração de documentos médicos; trabalho em equipe; ética profissional; registros médicos.

PARA O CARGO DE JORNALISTA

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos; tipologia e gêneros textuais; coesão e coerência textual; significação de palavras e expressões; ortografia oficial; acentuação gráfica; pontuação; classes de palavras; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal; crase; colocação pronominal; reescrita de frases e períodos; adequação vocabular; estruturação sintática do período simples e do período composto.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO



PREFEITURA DE
**ELIAS
FAUSTO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ELIAS FAUSTO
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ nº. 44.723.740/0001-21

Operações com números inteiros, racionais e reais; razão, proporção e porcentagem; regra de três simples e composta; equações e sistemas lineares; grandezas e medidas; áreas, volumes e conversões de unidades; leitura e interpretação de tabelas, gráficos e planilhas; proposições; conectivos lógicos; negação; equivalência; argumentos; validade de argumentos; sequências lógicas; padrões; resolução de situações-problema.

INFORMÁTICA

Sistema operacional Microsoft Windows; Microsoft Office, admitindo-se suítes compatíveis ou equivalentes; editor de textos; planilhas eletrônicas; apresentações; internet e correio eletrônico; organização e gerenciamento de arquivos e pastas; noções de segurança da informação; uso de plataformas digitais, arquivos de mídia e documentos eletrônicos.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL APLICADA

Constituição Federal de 1988, especialmente princípios da administração pública, publicidade, acesso à informação e liberdade de expressão; Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação; Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais; Lei nº 14.129/2021 – Governo Digital; administração pública; atos administrativos; comunicação institucional; comunicação pública; transparência ativa e passiva; relacionamento com imprensa; assessoria de comunicação; planejamento e organização de eventos institucionais; cerimonial e protocolo; legislação municipal vigente aplicável à comunicação institucional, publicidade legal, imprensa oficial e estrutura administrativa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Redação jornalística; técnicas de reportagem; entrevista; apuração; edição de textos jornalísticos; radiojornalismo e telejornalismo; produção de conteúdo para meios impressos, digitais, rádio e vídeo; cobertura de eventos institucionais; jornalismo ao vivo e gravado; revisão, seleção, preparação e distribuição de matérias; assessoria de imprensa; relacionamento com veículos de comunicação; briefing e pauta; comunicação institucional e governamental; fotografia jornalística e orientação de cobertura visual; cerimonial e mestre de cerimônias; media training; gerenciamento de crises de imagem; comunicação digital e redes sociais; Lei nº 9.610/1998; direitos autorais; ética jornalística; interesse público; comunicação pública e comunicação da administração municipal.

PCI Concursos

ANEXO III – CRONOGRAMA ESTIMADO

O cronograma estimado para o presente observará o seguinte:

EVENTO	
Publicação do Edital	10/04
Inscrições	11/04 a 14/05
Vencimento dos boletos bancários	15/05
Lista de inscritos, divulgação da solicitação de ações afirmativas e condições especiais	22/05
Recursos contra Edital de inscrições, ações afirmativas e condições especiais	25 e 26/05
Resultado dos Recursos	12/06
Convocação para as provas Objetivas	19/06
Provas Objetivas	28/06
Divulgação dos Gabaritos	30/06
Recursos contra os Gabaritos	01 e 02/07
Divulgação da decisão dos Recursos contra os Gabaritos	29/07
Divulgação das Notas das Provas Objetivas	
Recursos contra as notas das Provas Objetivas	30 e 31/07
Convocação Entrega de Títulos	14/08
Entrega de Títulos	18 e 19/08
Notas dos Títulos	09/09
Recursos contra as Notas dos Títulos	10 e 11/09
Divulgação da Classificação Preliminar	25/09
Recursos contra a Classificação	28 e 29/09

O presente cronograma estimativo poderá ser alterado de conformidade com o desenvolvimento do procedimento, ficando o candidato ciente de sua obrigação de acompanhar todos os atos de publicações, comunicados e demais divulgações que se fizerem necessárias junto ao portal do Concurso Público no IBAM www.ibamsp-concursos.org.br e no Boletim Oficial do Município, que se constituem os meios oficiais para essa finalidade.